
**5ª. Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do
TAC do caso Hydro**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 5ª Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Ricardo Augusto Negrini (Ministério Público Federal), membro titular; Erica Almeida de Sousa (Ministério Público Estadual - MPPE), membro titular; Marcelo Moreno (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS), membro suplente; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Juliana Nobre Soares (Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Barcarena - PMB), membro titular; Gilvandro Ferreira Santa Brígida (Sindicato dos Químicos de Barcarena - Sindiquímicos), membro titular; Jackeline Sales (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 2), membro titular; Rosenilda Evangelista (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 2), membro suplente; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular. Participaram, ainda, os convidados externos: Marcelo Montini (Responsável pelo Programa P&D para utilização de resíduo de Bauxita da Hydro), convidado da Hydro; Procurador Jorge Maurício Porto Klanovicz (Novo titular do caso Hydro), convidado do MPF. Além destes participantes, representando a Secretaria Executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli e Lanna Beatriz Lima Peixoto (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 26 de junho de 2020, onde também constava a pauta da reunião, aprovada durante a reunião do dia 16 de junho de 2020. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais e a utilização da plataforma Zoom. Dando início aos trabalhos, o Procurador da República do MPF, Dr. Ricardo Negrini declara a Abertura da 5ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Ele solicita que seja registrada a presença de Jorge Maurício Porto Klanovicz, novo procurador do sexto ofício, onde está o caso da Hydro. Ricardo Negrini informa que continuará na força tarefa, juntamente com o procurador Bruno Valente. Ricardo Negrini, Bruno Valente e Jorge Maurício Klanovicz se revezarão para atender este caso. Dando início à pauta da reunião, tem-se o primeiro ponto: **1) Informes: 1.1) Aprovação da ATA da Reunião do dia 16.06.2020.** Edane Acioli informa que houve pedido de acréscimo à ATA pela titular da Região 2, Jackeline Sales. Lanna Peixoto apresenta os trechos de pedido de acréscimos. Ricardo Negrini diz que não há objeção do MPF para as inclusões à ATA, mas, os membros encaminham que a ATA com os acréscimos seja reenviada via e-mail para última leitura e aprovação com um prazo de uma semana para retorno dos membros, via e-mail, após esse período, a ATA está aprovada. Assim, segue-se ao item **1.2) Leitura dos encaminhamentos pendentes da última Reunião do Comitê de Acompanhamento. 1.2.1)** Envio pela SEMAS de um cronograma para a entrega dos pareceres dos Termos de Referência. **Fica definido que o cronograma de entrega e alguns pareceres já finalizados irão ser entregues no dia 10 de julho. 1.2.2)** Esclarecimentos da Prefeitura Municipal de Barcarena sobre o PDDU e o reconhecimento de áreas de ocupação tradicional e quilombola e esclarecimentos acerca da área do Distrito Industrial a ser considerada no Plano de Aplicação dos recursos do FEMA. **Acordou-se que estes esclarecimentos seriam enviados via e-mail, e havendo dúvidas, elas seriam tratadas na próxima reunião do Comitê de Acompanhamento. 1.2.3)** Apresentação de cronograma detalhado da empresa Águas de São Francisco de expansão da rede de abastecimento. Assim como o ponto anterior, Juliana Nobre se compromete com o envio de esclarecimentos sobre a questão por e-mail. **1.2.4)** Análise das atas

já aprovadas pela Hydro. Eduardo informa que as atas foram aprovadas e podem ser publicadas.

1.2.5) Adaptação da apresentação da Práxis pelo IEB para ser um instrumento de comunicação oficial do Comitê de Acompanhamento. Foi estipulado prazo de 10 dias para elaboração do material pelo IEB. Findado este ponto, tem-se o início do segundo ponto de pauta: **2) Estrutura e funcionamento do Comitê de Acompanhamento.** Edane Acioli e Edson Maciel foram responsáveis pela condução deste ponto. Edane apresenta acerca o item **2.1)** sobre a Natureza e estrutura de composição do Comitê de Acompanhamento, a partir do orientado no TAC; Edson apresenta o item **2.2)** sobre como foram constituídas as 5 primeiras Regiões de Interesse para a escolha dos membros da Sociedade Civil, e o item **2.3)** sobre como serão constituídas as próximas 5 Regiões de Interesse para a escolha dos membros da Sociedade Civil. Com o fim da exposição, Jackeline Sales dá início aos questionamentos. Ela pergunta se a informação dada pelo Procurador Bruno Valente continua válida, de que o fato de uma comunidade não estar dentro de uma Região de Interesse do Comitê de Acompanhamento não significa que essa comunidade não vai ser estudada pelas auditorias. Ela argumenta que foram identificadas muitas áreas indicadas no TAC, cujas comunidades não foram incluídas em nenhuma Região de Interesse até o momento. Ela também questiona como vão ser incluídas essas comunidades? Como fazer para que as próximas Regiões não sejam prejudicadas ou inchadas com muitas comunidades distantes umas das outras? Informa que muitas delas estão cobrando sua participação no Comitê de Acompanhamento. Ricardo Negrini responde que o Comitê de Acompanhamento é destinado ao acompanhamento de todo o TAC, que faz referência a uma região ampla, definida desta maneira para não haver o risco de delimitação indevida. As auditorias vão atingir, por exemplo, comunidades de Abaetetuba, ilhas entre outras, o que inclusive está relacionado com as reivindicações das próprias comunidades. Porém, esta área não é a mesma área para todas as ações do TAC, como, por exemplo, a delimitação dos cartões-alimentação. Ele informa que o Ministério Público orientou a Hydro sobre a necessidade de o Comitê refletir a pluralidade das regiões tratadas pelo TAC, entre outras sugestões, foi orientado que houvesse representantes daquelas regiões que acompanham o desenvolvimento do caso e estavam sempre presentes nas audiências públicas, como Abaetetuba e as comunidades quilombolas. A composição das comunidades dentro das regiões foi organizada pela Hydro no Termo de Referência para a contratação da secretaria executiva, com orientações do MPF sobre as comunidades que deveriam estar presentes nas regiões. Mas, no caso da quinta região, ficou uma região muito ampla, envolvendo comunidades muito distanciadas umas das outras. Ricardo Negrini enfatiza que, aquelas comunidades que não estão ainda incluídas, mas, que estabelecem diálogo constante com Hydro e MPF sobre o caso, podem ser inseridas nas novas regiões. Este foi o intuito da formação de somente uma parte das regiões em um primeiro momento, e que, depois da construção das primeiras, o Comitê poderia escutar as reclamações das que não foram contempladas e haverá a oportunidade de corrigir as eventuais injustiças e constituir as novas regiões. Com relação às auditorias, ele reforça que as auditorias têm abrangência de toda área relevante ao TAC, caso a empresa contratada verifique que a contaminação está para além desta área, ela pode indicar que a área deve ser estendida. O que deve ocasionar a ampliação do mapa de abrangência. Para Ricardo Negrini, o ideal seria que a composição do Comitê de Acompanhamento refletisse a mesma área indicada pelos termos de referência, mas, infelizmente isto não será possível, tendo em vista, ainda, que o Comitê de Acompanhamento terá somente 10 representantes da sociedade civil. Eduardo Bustamante complementa que a área definida para as auditorias aproximadamente é quarenta vezes maior do que a área indicada pelo limite da pluma de dispersão dos efluentes. Para ele, isto indica o cuidado no tratamento amplo desta apuração das auditorias, visando incluir um amplo número de comunidades no escopo dos estudos. Ele reforça a importância desta discussão, enfatizando que este é o papel do Comitê, que tem a função de discutir e aprimorar o que vem sendo feito no TAC, ampliar e dar visibilidade disto para outras comunidades. Com isto ele retoma uma discussão que apresentou na última reunião, sobre a necessidade de compreender a estrutura e função do Comitê de Acompanhamento. Eduardo lembra que esta instância tinha um projeto de funcionamento distinto do que está tendo neste período por conta da pandemia, o que não está sendo regulado por nenhum acordo oficial. Ele

ênfatisa a urgência do estabelecimento de acordos mínimos de funcionamento, como seria o caso de um regimento provisório. Jackeline Sales informa que já foi repassado ao IEB, pelos membros da sociedade civil, algumas sugestões de metodologias alternativas sobre a inclusão dos demais membros. Questiona se há como repensar as regiões já constituídas para reparar os problemas apresentados na quinta região. Pergunta também se os próximos grupos só serão compostos a partir da confirmação da contaminação pelas auditorias. Cita as reivindicações das comunidades localizadas na região das Ilhas de Barcarena, que não está entre as comunidades já inseridas nas Regiões de Interesse, questiona se não há como criar um grupo ao menos com as ilhas da Trambioca. **Solicita a apresentação de um mapa da área técnica definida para as auditorias.** Ricardo Negrini informa que a composição das novas regiões não dependem dos estudos. Para essa composição é necessária uma identificação das comunidades que estão mais envolvidas com este acompanhamento, daquelas que se sentem mais atingidas e reivindicam compor o Comitê. Ricardo Negrini também afirma a possibilidade de repensar as regiões já concebidas e que ainda não tiveram seus representantes eleitos e sejam feitas mudanças pontuais. **Ele propõe que as sugestões de alteração dessas regiões e de formação das novas regiões sejam feitas por escrito acompanhadas de justificativa para avaliação das partes signatárias.** O procurador observa que a composição já constava na folha de especificação publicada pela Hydro para a contratação do serviço do IEB. Esse tipo de alteração deve ser feita somente para corrigir problemas pontuais, não é possível fazer grandes modificações. Jackeline Sales retoma a apresentação de Edson Maciel, onde afirma que o Comitê de Acompanhamento será um mecanismo de escuta para auxiliar os signatários na escolha desses grupos. Assim, sugere que a Região de Interesse 5 seja alterada e haja a construção, ao menos, da Região de Interesse 6. Ela cita várias regiões que precisam ser contempladas. Argumenta que vários representantes das ilhas de Abaetetuba participaram das audiências e uma região poderia ser composta somente com comunidades dessa área para que concorram entre elas. Diz que o TAC fala em Ilha do Capim, localizada em frente à Vila do Conde, mas ela não está contemplada na quinta região. Pede que sejam consideradas as ilhas de Barcarena, principalmente a Trambioca. Também cita a necessidade de inclusão do Tauá, por conta da investigação de contaminação nos igarapés, entre outras. Informa que ela e Mário Santos pensaram em uma lista de comunidades que ficaram de fora e poderiam ser inseridas. Jackeline Sales também defende que seja pensada uma metodologia de escolha de novos representantes, contando com estratégias virtuais, por exemplo. Ricardo Negrini diz que é possível registrar as sugestões de Jackeline, ouvir outros membros, como Mário Santos, avaliar a mudança na Região 5, mas, para finalizar a composição das outras regiões, ele considera que seja necessário ouvir mais opiniões, inclusive demais representantes da sociedade civil, quando escolhidos. Acerca da escolha dos demais representantes, o procurador considera ser difícil dar continuidade em meio a pandemia, já que as reuniões de escolha que vinham sendo feitas pelo IEB demandam aglomeração de pessoas. Quanto a sugestão de utilização de recursos virtuais para dar prosseguimento à escolha de novos representantes, ele demonstra preocupação com a acessibilidade. Porém, não descarta a possibilidade. Edane Acioli diz que para participar desta concorrência foi elaborado um orçamento com base em uma metodologia de trabalho de campo, mas, o IEB está aberto para readequar e pensar em metodologias que possam avançar nessa eleição dos outros representantes da sociedade civil. Sobre a composição das Regiões de Interesse, o IEB também tem sugestões, inclusive de readequação para regiões já formadas, por isso se coloca à disposição para auxiliar nesta questão. Ricardo Negrini retoma a discussão levantada por Eduardo Bustamante acerca das regras de funcionamento do Comitê de Acompanhamento. Argumenta que o Comitê está ativo, com reuniões mais frequentes do que o previsto, por outro lado, a ausência de regras de funcionamento e outros fatores demonstram que, muitas vezes, é tratado como se não estivesse efetivamente em exercício. Esta ambiguidade representa dificuldades para as partes do TAC. Ele defende que seja discutido um conjunto de regras mínimas a serem reunidas em um regimento provisório, bem como o Plano de Comunicação. Eduardo Bustamante reforça o posicionamento do Procurador sobre o acordo de regras básicas de funcionamento. Argumenta que ele e Edson Maciel

são questionados na Hydro se o Comitê de Acompanhamento já foi de fato constituído e que precisam de um retorno formal à empresa sobre esta questão. Eduardo Bustamante questiona, se o Comitê já está constituído, o que o regula e o que protege os membros de possíveis críticas fundadas sobre os encaminhamentos que estão sendo acordados sem regulamento. Defende que, se os membros consideram o Comitê constituído, é necessário formalizar sua constituição e estipular regras de funcionamento. Defende, ainda, que é necessário discutir como o Comitê seguirá, antes da inclusão dos demais membros, no sentido de uma maior formalização de sua atuação. Em acordo, **os membros decidem encaminhar uma nova reunião para tratar exclusivamente desta questão.** O próximo ponto de pauta discutido foi **3) Atualização do status de implementação do TAC, 3.1) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a partir do Resíduo de Bauxita (Item 8.13 do TAC).** Este ponto de pauta foi conduzido pelo convidado Marcelo Montini, responsável pelo Programa P&D para utilização de resíduo de Bauxita da Hydro. Ele apresentou resultados preliminares das pesquisas que visam encontrar alternativas de utilização do resíduo de bauxita, material resultante do processo de produção da alumina da Alunorte. Pautou-se na contextualização da implementação desta cláusula do TAC, apresentou as pesquisas que vem sendo feitas, suas etapas de desenvolvimento e os parceiros. As pesquisas estão sendo feitas em alinhamento com a política Ciência e Tecnologia (C&T) do estado do Pará e foca no uso do resíduo em quatro grandes setores: construção civil, agricultura, metalurgia e gás e óleo. Os projetos vem sendo desenvolvidos em parceria com instituições nacionais e internacionais, como Senai e a Drend Solutions da Alemanha. Durante a apresentação, Gilvandro Santa Brígida questionou se a matéria-prima trabalhada nestes projetos é oriunda do filtro prensa e se o material do DRS 01 não seria utilizado. Marcelo Montini informou que sim, é o material do filtro prensa que está sendo utilizado, já que, do ponto de vista técnico, há vantagens na utilização de um material já processado, que apresenta maior teor sólido e transporte mais fácil. Por isso, ele está sendo focado neste primeiro momento das pesquisas. Gilvandro Santa Brígida argumenta que há, em torno de 10 anos, 40 metros de lama depositados no DRS 01, que não podem ser desprezados pela maior facilidade de se trabalhar com outro material. Além disso, ele informa que hoje vem sendo misturado no depósito de resíduo, outros materiais, como cinzas das caldeiras e cal, ele questiona como será trabalhado o resíduo misturado. Marcelo Montini defende que em plataformas tecnológicas é necessário seguir por onde há mais chances de sucesso. Todas as plataformas de aplicação que estão sendo desenvolvidas podem depois ser aplicadas no material armazenado, mas, inicialmente esse é o foco. Gilvandro questiona qual o percentual de soda na lama para que sejam viáveis esses projetos. Marcelo responde que para cada aplicação, a soda cáustica residual está sendo tratada e pode, inclusive, ser reaproveitada em algumas aplicações. Também explica que os estudos estão sendo feitos em diferentes momentos da refinaria e para todos os elementos em desenvolvimento o teor de sódio está sendo analisado. Jackeline observa que é imprescindível que seja apresentada a análise de toda a composição química da lama vermelha, evidenciando informações sobre a existência de metais pesados e do teor de soda cáustica em sua composição. Questiona também se o TAC prevê somente que seja apresentada uma pesquisa ou prevê que haja uma aplicação dessa pesquisa. Pergunta, ainda se foi pensado somente na contratação de uma consultoria e se não houve a possibilidade em investir este valor para que pesquisadores da academia, das universidades nacionais ou internacionais pudessem apresentar projetos de investigação. Para a Semas, Jackeline Sales questiona se a bacia antiga recebeu uma manta impermeabilizante. Caso não tenha recebido, ela questiona se o material não está contaminando a região. Questiona também se a Hydro tem licença para descartar as cinzas e outros materiais que não seja a lama, dentro da bacia. Jackeline Sales solicita esclarecimentos se a Hydro tem autonomia de desenvolver pesquisas somente com os materiais da nova bacia, já que, nesta cláusula, o TAC menciona o rejeito da bauxita de um modo geral. Ela questiona a Marcelo Montini se os quatro materiais que vem sendo investigados geram novos resíduos e se há uma possibilidade de parceria com a China, já que é conhecido que somente este país tem a tecnologia de retirar metais pesados dos resíduos. Por fim, ela questiona se a soda cáustica é prejudicial para a saúde dos trabalhadores e das comunidades do entorno.

Mário Santos reforça as questões colocadas por Gilvandro Santa Brígida e Jackeline Sales. Diz que a sociedade civil precisa da certeza e garantia de que este projeto é viável e será aplicado no município de Barcarena, **ele solicita que seja apresentado um documento comprovando a viabilidade do projeto**. Ricardo Negrini afirma que o item 8.4 do TAC prevê uma pesquisa de extensão e desenvolvimento. A Hydro deve desenvolver uma pesquisa para chegar a uma conclusão sobre o que fazer com este resíduo de bauxita. Uma vez chegada a esta conclusão, inclusive sobre a viabilidade econômica e técnica, não teria motivo para não implementá-la. De acordo com ele, não era possível que na cláusula constasse esta obrigação, já que ainda não se sabia a viabilidade disto. Além disso, ele concorda com Jackeline Sales e Mário Santos que este projeto deverá tratar do resíduo de bauxita como um todo. A empresa pode estabelecer um foco inicial para um projeto que está em andamento, mas, quando for apresentado o relatório final é necessária a apresentação de uma conclusão acerca do que poderá ser feito com todo o resíduo, independente de sua origem. Por conta do avançado horário, **ficou decidido que as questões postas nesta reunião a Marcelo Montini seriam sistematizadas e enviadas por e-mail ao pesquisador pela Secretaria Executiva e ele retornará na próxima reunião para respondê-las**. Além disso, **fica acordado que um técnico do Ministério Público Federal do Comitê Técnico também será convidado para participar desta reunião para contribuir com a discussão acerca do assunto. O IEB fica responsável por encaminhar esta demanda de convite ao Comitê Técnico**. Ficando decidido, assim, que a próxima reunião do Comitê de Acompanhamento será no dia 28 de julho de 2020 e terá como pauta: **1) Continuação da pauta sobre atualização do status dos relatórios parciais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a partir do uso do resíduo de bauxita, com apresentação de informações sobre o que é feito com as cinzas, limpeza de tanque, polpa de hidrato (Item 8.13 do TAC), sob responsabilidade da Hydro; 2) O Regimento Interno provisório, ficando o IEB responsável pela sistematização e apresentação de cláusulas que já apresentam consenso entre os membros**. Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 18:05h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.